

- Introdução: boa noite, agradecimentos, apresentação
- Bens comuns: definição
  - coisa compartilhada, e *commoning*
  - nem propriedade estatal, nem propriedade privada
- Exemplos históricos: *commons* medieval (Marx)
  - não é apenas a posse da terra, mas um complexo de direitos e costumes (inclusive sobre a terra que era do senhor feudal)
  - relevância desse exemplo: o cercamento desse bem comum está na base da acumulação primitiva
- Ostrom:
  - importantes estudos empíricos, mas sempre de bens comuns locais e de pequena escala
  - reação a “Tragedy of the Commons”: aquele modelo muitas vezes não se verifica na prática
    - auto-interesse puro não é a única guia do indivíduo racional
    - “correção” do modelo: preocupações de médio / longo prazo e normas sociais também afetam o cálculo racional
    - (mas: em grande medida, o individualismo metodológico continua valendo; apenas acrescentam-se variáveis no cálculo “correto” do auto-interesse)
  - resultado dos estudos empíricos:
    - mostra que bens comuns são efetivamente possíveis (e que isso ocorre historicamente)
    - 8 princípios que caracterizam bens comuns bem-sucedidos
      - nos bens comuns sem regras (“open access”), a “Tragedy of the Commons” ainda vale
- Críticas a Ostrom:
  - falta de um olhar sistêmico
    - expõe a abordagem ao problema dos bens comuns predatórios (Internet e coltano)
  - ideias relacionadas a justiça social e exploração estão totalmente ausentes; crítica ao Estado é impiedosa, mas aos mecanismos de mercado, nem tanto
    - exemplo do condomínio fechado
    - exemplo do “modelo Mickey” ou do patent pool
    - exemplo das empresas de águas vs. município no estudo de caso da Califórnia
  - apaga do quadro a pólvora e o sangue que caracterizam a despossessão e a privatização
- Com o capitalismo neoliberal, a tendência de transformar tudo em mercadoria é exacerbada
  - aumenta a relevância de pensar um “outro” da mercadoria
    - mercadoria em Polanyi: a coisa que é produzida *para* o mercado (visto como sistema

totalizante, e não como parte subordinada do mecanismo social)

- pode ser meio reformista, mas me parece uma categoria bastante imediata e afetável ainda no contexto capitalista, “antes que a revolução chegue”
- importante pensar em mercantilização / desmercantilização não de forma binária, mas como uma questão de grau
- Bens intelectuais tornam-se a próxima fronteira: OMPI, OMC, Trips consolidam os mecanismos de jurídicos de privatização do conhecimento, agora sujeito à reprodutibilidade técnica em escala cada vez maior
  - a reprodutibilidade técnica, no entanto, acaba funcionando para os dois lados: quem quer copiar ou partilhar também encontra mais facilidades (reprodução não autorizada, compartilhamento de arquivos, produção colaborativa — software livre, Wikipédia)
    - paralelo com as mercadorias fictícias de Polanyi: historicamente, as pessoas fazem cultura e conhecimento por muitos outros motivos (que não a venda para mercados)
    - desintermediação permite que floresça uma produção que em alguns aspectos é desmercantilizada (no sentido de Polanyi)
    - necessidade de fronteiras (como princípio de bem comum) fica relativizada
      - caso do software livre: comunidade de desenvolvimento pode ser “restrita” e ter fronteiras (por mais que na maioria dos casos seja, antes de mais nada, meritocrática: vale o melhor código);
      - ...mas a comunidade mais ampla, de usuários, é restrita apenas à aceitação das condições da licença
  - mas, parênteses: divisão material / imaterial é algo problemática
    - só há produção imaterial se há sustento material; produção material requer conhecimento, e gera socialização
    - exemplo da “imaterialidade” da internet, como se ela não dependesse de energia (petróleo, terras inundadas etc...)
- Uma parte dos atores do capitalismo de ponta já considera que é mais fácil aprender a extrair mais-valia nesse novo contexto, do que lutar para revertê-lo
  - o sistema de PI, particularmente em patentes, chega perto do colapso: se por um lado ele garante monopólios, ele armou uma guerra fria patentária gigantesca e altamente custosa; da perspectiva do capital, ele “freia a inovação”
- “Novos modelos de negócio” 1: serviços
  - exemplo das empresas de software livre; Red Hat vai chegar a receita anual de US\$ 1 bi
    - é um ramo em que há potencial para um grau significativo de desmercantilização: empresa não tem vantagens significativas em relação a trabalhadores autônomos e cooperativas, uma vez que ninguém detém o monopólio sobre os programas (copyleft)
    - mas: *branding* (Red Hat); cooptação da comunidade (caso “kolivas”)
- “Novos modelos de negócio” 2: a publicidade
  - exemplos do Google e do Facebook

- a principal matéria-prima é gratuita: a própria rede, o acúmulo de informações ali depositadas pelas pessoas; os links, as preferências que indicam etc.
- o produto aparente é gratuito: o acesso àquelas mesmas informações, mas processadas e “reempacotadas” — todos que quiserem podem usar esse produto, aparentemente ele não é mercadoria, e mais aparentemente ainda ele é um bem comum
  - as empresas retem controle sobre a *plataforma* onde essas trocas ocorrem
- da perspectiva do capital, no entanto, o produto é outro: é a audiência para publicidade
  - a “precificação” gira em torno da capacidade dessas empresas em segmentar, particularizar essa audiência; fazer com que ela revele suas maiores suscetibilidades: quem que comprará esta pasta de dente se vir o meu anúncio?
- a publicidade, naturalmente, mostra que esses bens comuns aparentes só existem em contínua remissão a um universo de trocas mercantilizadas;
  - se todos pararem de comprar os produtos anunciados ali, a publicidade deixa de ser interessante para os anunciantes, Google e Facebook vão à falência
  - ao atuar com precisão cada vez maior, esses mecanismos publicitários são máquinas de geração de desejo e consumo
  - em comparação com formas anteriores de publicidade, avançam na exploração do consumidor como força de trabalho: tornam o próprio ato de consumo em publicidade espetacularizada; *branding*
- detalhe simbólico: usam extensamente (e incentivam, e contribuem para) software livre
  - no entanto, aproveitam-se do fato de que a maioria das licenças de software livre é pré-WWW:
    - não previam que fosse rotineiro o usuário estar sentado em sua casa, e o programa que ele utiliza estar rodando em um servidor em outro continente, ao qual ele não tem nenhum acesso e que é propriedade de um terceiro
    - nessa situação, não há “distribuição” de software, e por isso a licença não exige que o usuário tenha direito a ver / modificar o seu código
  - assim, Google em particular usa versões altamente customizadas de software livre, sem ser sujeito à regra da licença que, em todos os outros casos, exigiria o compartilhamento do software
  - por conta disso, há aqui muito mais possibilidade de controle monopólico sobre a plataforma, e muito mais dificuldade de ingressarem competidores
- Questões em aberto:
  - crítica à renda mínima universal: supre parte do custo de reprodução da força de trabalho, e com isso permite redução de salários, aumento da exploração...
    - em que medida aplica-se a bens comuns?
  - como resolver a dialética local / universal?
    - abordagem global / universal sobre bens comuns universais parece necessária para

colocar as questões de justiça social de forma mais ampla;

- por outro lado, ideia de bens comuns globais historicamente foi utilizada (instrumentalizada?) para espoliar o terceiro mundo (exemplo das seringueiras); e fica realmente mais difícil operacionalizar a questão da garantia da existência continuada dos bens comuns “naturais”